

(1) Consoantes:

	labiais	alveolares	palatais	dorsais
oclusivas	b	t d		k g
nasais	m	n		
fricativas		z s	ʃ	h
flap		r		

(2) Vogais:

	anteriores	posteriores
altas	i	ɨ u
baixas	e	a
	distendidas	labializadas

Discuto a seguir alguns aspectos da prosódia Suruwahá que são relevantes à discussão deste artigo. O padrão silábico é simples: *CV(V)*. Quer dizer, as sílabas são formadas por um onset obrigatório seguido por um núcleo vocálico que pode ser formado por uma vogal ou por um ditongo de sonoridade crescente. A organização interna da sílaba obedece a uma hierarquia de ressonância que prevê três posições, com a restrição de que elementos de mesma ressonância não podem ser adjacentes. As vogais altas *i* e *u* têm funcionamento ambíguo dentro do sistema, podendo ocupar qualquer uma das três posições: (i) primeira posição da sílaba, funcionando como consoante; (ii) a segunda posição, funcionando como primeira parte de um ditongo crescente numa sílaba *CVV*; (iii) ou a posição de pico silábico. As aparentes sílabas *V* ocorrem somente nas margens das palavras e são tratadas como material extra-silábico³.

Cada sílaba tem uma mora de duração e a tonicidade têm função apenas demarcativa. O pé fonológico é binário, construído da direita para a esquerda e com núcleo à direita, sendo que o acento primário ocorre no pé mais à direita. A palavra mínima permitida é formada por um iambo, e a palavra ótima, preferida pelo sistema, é aquela que possui dois pés binários⁴. Um aspecto interessante da língua é justamente a interação entre estas restrições prosódicas e as regras de reajustamento

³ A teoria da extrasilabidade prevê que material marginal na palavra pode ser invisível às regras de silabificação. O resultado disto é que, em algumas línguas, certos padrões silábicos são restritos somente às margens das palavras. No caso do Suruwahá, sílabas do tipo *V*, encontradas apenas em posição inicial e final na palavra, não são consideradas como pertencentes ao sistema prosódico da língua.

⁴ Estas restrições quanto ao tamanho da palavra se referem à palavras livres e são mais comuns no registro de fala formal.

que elas desencadeiam com objetivo de conformar as seqüências subjacentes a estas restrições. Aspectos prosódicos são cruciais na definição do status fonêmico das sibilantes, e serão retomados mais adiante na discussão.

Ilustro este breve resumo do sistema fonológico de Suruwahá com os seguintes dados⁵.

(3)	/batakara/	[bataka'ra]	‘ferida’
	/saduui/	[saadu'wi]	‘abano’
	/bami/	[baami]	‘água’
	/uniaki/	[uun ^l a'kɨ]	‘minha cabeça’
	/huaua/	[h ^w a'wa]	‘eu como’
	/igati/	[iig ^l a'tɨ]	‘caça’
	/i/	[i'ɨ] ⁶	‘muringa’

Embora no quadro fonêmico apresentado em (1) apareçam três fonemas sibilantes, podemos encontrar na forma fonética tanto *s* e *z* quanto *ʃ* e *ɖʒ*. Em Suzuki & Suzuki (1993) apresentamos diversos pares mínimos e análogos que pretendiam comprovar a oposição fonológica entre *s* e *ʃ*. Alguns deles são repetidos aqui:

(4)	[asa]	‘barreiro’	[aʃa]	‘preto’
	[sama]	‘não faça’	[ʃama]	‘verme’
	[kasini]	‘muito’	[haʃini]	‘espinho’
	[asu]	‘minha sogra’	[aʃu]	‘meu irmão’
	[suburi]	‘umbigo’	[ʃubuk ^w a]	‘nome.F’ ⁷

Exemplo de pares mínimos e análogos deste tipo foram usados como evidências de que as sibilantes surdas *s* e *ʃ* deveriam ser consideradas fonemas distintos em Suruwahá. Existe, entretanto, uma lacuna da distribuição do *s*, pois ele nunca ocorre precedendo ditongo iniciado em *i*. A solução encontrada por aquela análise foi a seguinte: o contraste entre estas sibilantes seria neutralizado antes de ditongo iniciado pela vogal *i*. No presente artigo contesto esta análise. Argumento que pares mínimos não são evidência decisiva no estabelecimento dos fonemas. As palavras em (4) indicam sim, que para cada par apresentado existe algum elemento em oposição. Mas a determinação de que elemento é este depende da interpretação dos segmentos. Uma análise superficial diria que a oposição se dá entre sibilantes alveolares e alveopalatais. Isso levaria à conclusão de que elas são fonemas distintos. Esta análise fica comprometida devido a uma falha na interpretação dos segmentos. No caso, a sibilante *ʃ* deveria ter sido antes interpretada como uma seqüência de dois segmentos,

⁵ Omito nestes exemplos dados com sibilantes alveopalatais, que serão tratadas mais adiante neste artigo.

⁶ A duplicação da primeira vogal, que tem função de criar outputs que se conformem às restrições prosódicas, será omitida daqui para a frente para não sobrecarregar as transcrições fonéticas. Para uma discussão detalhada deste processo ver Suzuki (1996). O acento não será marcado neste trabalho por não ser relevante na discussão.

⁷ O mesmo tipo de análise poderia ter sido proposto para as sibilantes sonoras, já que existem inúmeros pares análogos do tipo [zawari] ‘estou zangado’ e [ɖʒawari] ‘pote’.

para que o uso de pares mínimos ou análogos pudesse ser de alguma utilidade. A oposição relevante nestes pares de palavras é, como pretendo demonstrar, a presença ou a ausência da vogal *i*. Neste sentido, a análise que se baseia em pares mínimos é circular e não apresenta nenhum valor explanatório.

Minha proposta é a seguinte: (i) As sibilantes alveolar e alveopalatal *s* e *ʃ* são alofones do mesmo fonema, logo, não há neutralização de contraste entre elas; (ii) a sibilante alveopalatal *ʃ* é a manifestação superficial do fonema *s* quando precedendo uma sequência vocálica tautossilábica onde a primeira vogal é o *i*:

(5) /siV/ → [ʃV]

Segundo esta análise, as palavras em (4) são manifestações superficiais das seguintes entradas lexicais:

(6)	/asa/	‘barreiro’	/asia/	‘preto’
	/sama/	‘não faça’	/siama/	‘verme’
	/kasini/	‘muito’	/hasiini/	‘espinho’
	/asu/	‘minha sogra’	/asiu/	‘meu irmão’
	/suburi/	‘umbigo’	/siubuka/	‘nome.F’

Até aqui esta análise é trivial. Não é difícil se supor a motivação fonética para um processo como este, especialmente numa língua como Suruwahá, onde toda sequência tautossilábica de vogais se funde numa só mora (Everett 1995 e Suzuki 1995). A vulnerabilidade das sibilantes alveolares a processos de palatalização é quase universal. O movimento muscular que abaixa a língua após a produção da sibilante alveolar encontra imediatamente uma pressão muscular contrária que tenta levantá-la novamente para a produção do *i*. Duas tensões musculares opostas tendem a tornar a articulação destas consoantes relativamente imprecisas, causando fricção extra (Burquest & Payne 1993).

Uma evidência negativa que pode ser acrescentada às demais para justificar esta análise é a ausência da forma fonética *siV*. Formas fonéticas como as abaixo seriam agramaticais:

(7) *[husia]
 *[siamari]
 *[tasiuna]

O fato de este tipo de sequência nunca ocorrer superficialmente, apesar de ser perfeitamente possível tanto em termos de fonemas quanto em termos de estrutura silábica, nos sugere que ele sofre algum processo e se manifesta de alguma maneira diferente.

Um outro aspecto da fonologia Suruwahá que é relevante para a compreensão do funcionamento das sibilantes é a alternância de silabidade entre glides e vogais altas. Em Suzuki (1995) propus uma análise que interpreta os glides como vogais

altas em posição de onset⁸. Segundo esta análise, não existe oposição fonológica entre *u* e *w*, nem entre *i* e *ɨ̟*. Esta análise é coerente com a teoria da sílaba, que prevê que a silabificação não faz parte do input, mas é atribuída por regras (Blevins 1995). Segundo Blevins, várias evidências sugerem que a estrutura silábica não está presente na representação subjacente. Uma destas evidências é a seguinte:

“...segments, in many languages exhibit syllabicity alternations which can be viewed as the simple result of derived syllabification.” (Blevins 1995: 221)

Parece ser exatamente este o caso das vogais altas em Suruwahá. Como são segmentos que, devido à sua própria natureza fonética, são ambíguos quanto ao seu valor de silabidade, nenhuma informação com relação à sua silabificação pode ser retirada do segmento por si só. Eles só terão seu estatuto silábico definido em função das características sonoras dos segmentos que o cercam. Neste sentido, não pode haver nenhuma diferença lexical entre *u* e *w*, por exemplo. A diferença entre eles é definida no momento da silabificação. Ou seja, dependendo das possibilidades de combinação articulatória com os segmentos vizinhos, um dado segmento, que no input é labial e alto, funcionará como vogal *u* se cair num núcleo silábico ou como consoante *w* se cair numa margem silábica. Seguindo este raciocínio, não existe oposição fonológica entre as vogais altas *i* e *u*, e as suas contrapartes consonantais, *ɨ̟* e *w*, respectivamente. Uma alternância deste tipo entre *u/w* não é novidade na literatura fonológica, já tendo sido reportada em várias línguas (Blevins 1995). Já a alternância *i/ɨ̟* parece menos comum. Ao que tudo indica, o que acontece no Suruwahá é que o glide palatal tem suas características consonânticas maximalizadas num nível bastante superficial da derivação. Assim, o que se esperaria ser um glide palatal simples, um *y*, manifesta-se como *ɨ̟* no nível fonético. A compreensão desta alternância é fundamental para a discussão deste artigo, já que a manifestação fonética da vogal anterior alta em posição de onset é justamente a de uma sibilante alveopalatal sonora. Fundamental também é a compreensão de que os fonemas *w* e *ɨ̟* não fazem parte do inventário de fonemas de Suruwahá.

A exemplo do que ocorre em Lenakel (Lynch 1974)¹⁰, esta alternância é fortemente apoiada no Suruwahá através de evidências morfológicas. Começemos pela análise da relação entre a vogal alta *u* e o glide labial *w*. O prefixo para primeira pessoa do singular, *u-*, funciona de maneira ambígua. Em raízes de substantivos obrigatoriamente possuídos ele se combina com o sufixo de posse (que no caso da primeira pessoa tem significante zero) para indicar o possessor, e manifesta-se sempre como vogal:

⁸ Uma análise semelhante foi proposta anteriormente por Everett (1993) para a língua Banawá.

⁹ Estou me referindo neste ponto somente à sibilante alveopalatal que corresponde à forma alternante da vogal *i* em posição de onset. Como veremos mais tarde, existem outras instâncias de sibilante alveopalatal que são alofones do fonema *z*.

¹⁰ Blevins (1995) aponta que em Lenakel, existem alternâncias de silabidade no morfema de primeira pessoa */-i/*: */i-ak-ol/* *yagól* ‘eu faço isto’, */t-i-ak-ol/* *tyagól* ‘eu farei isto’ e */i-n-ol/* *inol* ‘eu fiz isto’

- (8) /u + dami + Ø / [udami] ‘meu pé’
 /u + niaki + Ø / [un^jaki] ‘minha cabeça’
 /u + wiarubi + Ø / [uw^ɛarubi] ‘minha orelha’

Aparentemente o mesmo sufixo, quando ocorre com raízes verbais pode manifestar-se como vogal ou como consoante. Em raízes iniciadas por consoante ele sofre metátese com esta consoante, funcionando como primeira vogal num ditongo de sonoridade crescente, criando sílabas *CVV*¹¹.

- (9) /hawa/ [hawa] ‘comer’ /u + hawa/ [h^wawa] ‘eu como’
 /kaba/ [kaba] ‘pilar’ /u + kaba/ [k^waba] ‘eu pilo’

Já em raízes iniciadas por vogal ele aparece antes desta vogal, funcionando como consoante, criando sílabas *CV*.

- (10) /aga/ [aga] ‘pegar’ /u + aga/ [waga] ‘eu pego’
 /ama/ [ama] ‘menstruar’ /u + ama/ [wama] ‘eu menstruo’

Vejamos agora a relação entre a vogal anterior alta *i* e o glide $\bar{d}\bar{z}$. Em substantivos obrigatoriamente possuídos O morfema verbal para a segunda pessoa do singular é o prefixo *i-*, que se combina com o sufixo de posse *-ni* para indicar a pessoa do possessor.

- (11) /i + dami + ni / [id^jamani]¹² ‘teu pé’
 /i + niaki + ni / [in^jakani] ‘tua cabeça’
 /i + wiarubi + ni / [iw^ɛarubani] ‘tua orelha’

Em raízes iniciadas por consoante este prefixo sofre metátese com a consoante inicial, dando origem a sílabas *CVV*, com ditongos monomoráicos de sonoridade crescente:

- (12) /hawa/ [hawa] ‘comer’ /i + hawa/ [h^jawa] ‘você come’
 /gawa/ [gawa] ‘andar’ /i + gawa/ [g^jawa] ‘você anda’

Em raízes iniciadas por vogal, este prefixo funciona como consoante, dando origem a sílabas do tipo *CV*:¹³

- (13) /aga/ [aga] ‘pegar’ /i + aga/ [i^ɛaga] ‘você pega’
 /uhuna/ [uhun^ja] ‘assustar-se’ /i + uhuna/ [i^ɛuhun^ja] ‘você se assusta’

É importante que tenhamos em mente esta alternância de silabicidade entre *i* e $\bar{d}\bar{z}$ enquanto tratamos do problema das sibilantes em Suruwahá. Isto porque existem dois tipos de $\bar{d}\bar{z}$ na língua. Este, que foi discutido até aqui, e um outro, que é a manifestação fonética da fusão entre um *z* e um *i* antes de outra vogal tautossilábica. Este processo exibe simetria com o que acontece com a sibilante surda. Ambas

¹¹ Evidências para a análise destas sílabas, que foneticamente apresentam uma consoante modificada seguida de uma vogal, como consoante seguida por ditongo, podem ser encontradas em Suzuki (1995).

¹² A palatalização da primeira consoante aqui é previsível: toda consoante se torna palatalizada quando segue vogal *i* (Suzuki 1995).

¹³ O processo que explica o funcionamento ambíguo das vogais altas, ora funcionando como consoante, ora como vogal, será discutido mais adiante neste artigo.

sofrem palatalização quando precedem seqüência tautossilábica de vogais iniciada por vogal *i*. Voltando à morfologia verbal, vejamos o que acontece quando o prefixo pessoal *i-* é colocado numa raiz onde a primeira vogal é uma sibilante.

- (14) /sawa/ [sawa] ‘lavar’ /i + sawa/ [ʃawa] ‘você lava’
 /zawa/ [zawa] ‘se zangar’ /i + zawa/ [d͡ʒawa] ‘você se zanga’

Este processo trás à tona a proposta principal deste artigo, que é a de que a sibilante surda *ʃ* é na verdade uma manifestação fonética da fusão entre a consoante *s* e a vogal *i*. Além disso, esta análise realça a simetria do sistema fonológico, dispensando às sibilantes surdas e sonoras o mesmo tratamento

Poderíamos ainda tomar os empréstimos como evidência adicional para esta análise. A pronúncia Suruwahá para um nome como ‘*Marcia*’, por exemplo, é **maʃa**. Como o inventário Suruwahá possui os fonemas *m*, *s*, *i* e *a*, seria de se esperar que eles conseguissem produzir pelo menos algo como *masia*, e isto não é o que acontece. Seguindo o padrão acima, *s* e *i* são fundidos num único segmento, o *ʃ*, gerando a pronúncia **maʃa**.

- (15) /masia/ [maʃa] ‘Márcia’

Esta pronúncia é consistente em todos os casos de palavras emprestadas do português que possuem *s* seguido de *i* mais outra vogal tautossilábica.

As evidências apresentadas até este ponto apontam para uma relação de alofonia entre sibilantes alveolares e palatais, mas não eliminam a possibilidade de que sejam fonemas distintos que se neutralizam antes de *iV*. Especialmente nas palavras monomorfêmicas, onde não existem evidências morfológicas, uma análise que propõe arquifonemas deveria ser considerada. Desejo refutar também a possibilidade de arquifonema através de evidências na área de aquisição da fonologia e de percepção dos fonemas por parte dos falantes nativos. Antes porém de entrar nesta discussão, levanto um aparente problema levantado pela análise que proponho.

Como já foi dito, estou argumentando neste trabalho que *ʃ* é a manifestação fonética da fusão entre *s* e *i* antes outra vogal tautossilábica. Esta vogal pode ser qualquer uma das vogais do Suruwahá, inclusive o próprio *i*:

- (16) /sii/ → [ʃi]

Segundo esta análise, palavras com *ʃi* superficiais são interpretadas da seguinte forma:

- (17) /siina/ [ʃin^ha] ‘doce’
 /kasiitikiri/ [kaʃitikir^hi] ‘fel’

Esta interpretação decorre da análise proposta acima e é necessária para dar conta de explicar a oposição superficial entre *si* e *ʃi*:

- (18a) /kasini/ [kasini] ‘muito’
 /hasiini/ [haʃini] ‘espinho’

A estranheza a esta análise é previsível. Como sustentar esta interpretação se Suruwahá não apresenta contraste entre vogais breves e longas? Não seria abstração demais postular vogais geminadas na forma subjacente que nunca se manifestam na superfície?

Parte da minha argumentação se baseia na análise das seqüências vocálicas possíveis no léxico do Suruwahá e parte se baseia nos processos de aquisição da linguagem por parte das crianças.

Embora o Suruwahá não apresente contraste superficial entre vogais breves e longas, precisamos aceitar a existência de vogais geminadas no léxico para dar conta de explicar o contraste em formas como as de (18a). No início deste artigo discuti como a hierarquia de ressonância organiza os segmentos dentro da sílaba. Aquela análise infere que segmentos com o mesmo valor de ressonância não podem ser adjacentes. Isso seria coerente com o Princípio de Contorno Obrigatório (OCP), que exerce uma pressão para dissimilação no sistema fonológico das línguas através de evitar estruturas semelhantes em adjacência. Este princípio porém, não é fixo nem em termos do tipo de estruturas às quais se aplica nem em termos do nível onde ele é ativado. Uma primeira interpretação para o Suruwahá seria que o OCP estaria ativo no sentido de eliminar estruturas idênticas no input, já que elas nunca se superficializam.

Me parece que, para dar conta de explicar os dados de Suruwahá, temos que admitir que existem certas seqüências de vogais idênticas que são permitidas no input - somente aquelas seqüências que permitirem a silabificação do tipo *CV(V)*. Como as vogais *i* e *u* não são especificadas quanto ao traço [+/- consonantal], elas podem ocupar tanto posição de núcleo quanto posição de onset. É justamente essa flexibilidade na hora da silabificação que vai permitir que as seqüências de vogais altas sejam silabificadas sem problemas. Outros tipos de seqüências, (de vogais baixas ou de consoantes) se ocorressem no input, não poderiam ser silabificadas de maneira a respeitar o padrão silábico. Isso mostra que a restrição quanto à adjacência de segmentos de mesma ressonância não se dá no input, e que a OCP não é ativa no Suruwahá no sentido de impedir estas seqüências idênticas adjacentes.

Se considerarmos a presença de vogais alta geminadas no léxico não conseguiremos explicar o contraste entre formas hipotéticas possíveis como:

(18b) /tahuua/ [tahuwa]
 /tahua/ [tah^wa]

Isto é, se não houvessem essas seqüências de vogais idênticas no input, não teríamos como explicar a ocorrência de seqüências do tipo (a) em contraste com as seqüências do tipo (b) abaixo:

(a)	(b)
CuV	CuwV
CiV	Cid ³ V

Como já discutimos acima, as formas fonéticas **w** e **dʒ** são manifestações superficiais das vogais **u** e **i**, respectivamente. Assim sendo, a forma lexical de sequências acima é a seguinte:

- (19)
- | | | | |
|------|----------|-----------------------|---------------------|
| CuV | /huaua/ | [h ^w awa] | ‘eu como’ |
| CiV | /giania/ | [g ^j ania] | ‘você vê’ |
| CuuV | /huua/ | [huwa] | ‘pilão’ |
| CiiV | /hiia/ | [hidʒa] | ‘sim’ ¹⁴ |

Com base neste raciocínio, somos levados a admitir que existem seqüências de vogais altas no input. Desta forma, anula-se uma das objeções à análise proposta neste artigo, que é justamente o fato de a forma lexical postulada, **/sii/**, possuir uma seqüência de vogais idênticas. A forma **/sii/** é uma entrada lexical possível porque seqüências de **ii** não são barradas pela restrição de OCP. Pelo contrário, precisamos admitir a existência destas seqüências que, embora nunca se superficializem como vogais geminadas (ou longas), são necessárias para dar conta de explicar o contraste entre determinadas formas superficiais.

Este tipo de seqüência pode ser também verificado em situação de fronteira morfomorfêmica. Veja o exemplo abaixo:

- (20)
- | | | |
|-----------------------------|----------------------------|-----------------------|
| /zawa + si + ru + ba + da / | [zawaʃubada] | ‘Ela vai ficar brava’ |
| /zawa + si + ri + ba + da / | [zawaʃib ^ɛ ada] | ‘Ele vai ficar bravo’ |

O que acontece nestas construções é que o flap nos sufixos de gênero feminino, **-ru** e masculino, **-ri**, é apagado na posição de fronteira morfêmica. A regra de ressilabificação cria então sílabas **CVV** formadas por sibilante alveolar mais seqüência vocálica tautossilábica iniciada em **i**. O que acontece então é previsível:

- (21)
- | | | |
|----------|---|------|
| /si + u/ | → | [ʃu] |
| /si + i/ | → | [ʃi] |

Voltemos agora a discutir a questão do arquifonema. Tudo o que foi dito até aqui pode consistir de argumentos em favor da interpretação de muitas das instâncias de **f** em Suruwahá como *outputs* de **si**. A consequência desta análise poderia simplesmente ser a seguinte: existe o fonema **f**, mas o contraste entre ele e o fonema **s** (em ambiente precedendo ditongo iniciado em **i**) é neutralizado. Existiria então uma regra de palatalização tornaria o output do **s** num certo ambiente, coincidente com a forma fonética do **f**.

- | | | |
|-----|---|----------------------------|
| /s/ | → | [ʃ] / _ iV. |
| | → | [s] / nda |
| /f/ | → | [ʃ] / em qualquer ambiente |

¹⁴ Esta última forma é problemática, porque o **dʒ** pode ser tanto a manifestação fonética da sibilante **z**, que sofre processo de africacização quando segue **i** (Suzuki 1995, 1996), quanto a manifestação do **z** precedendo ditongo iniciado em **i** (idem). A interpretação dele como **i** em posição de onset só pode ser comprovada através de evidência morfológica, mas ainda não temos este tipo de evidência em posição medial na palavra.

Para as palavras onde não existisse evidência morfológica para se decidir qual dos dois *inputs* estaria por trás do *output* em questão, o *f* seria como qualquer caso clássico de arquifonema. Entretanto, certas assimetrias na distribuição das sibilantes palatais dentro do sistema fonológico de Suruwahá me levam a refutar a hipóteses de arquifonema.

Existem várias lacunas intrigantes na distribuição das sibilantes. O quadro a seguir mostra estas lacunas de maneira esquematizada. As sibilantes são encontradas na forma fonética nas seguintes combinações com as vogais (onde ‘a’ representa qualquer vogal, exceto *i*, e # representa silêncio):

(22)

<i>a</i> <u> </u> <i>a</i>	<i>a</i> <u> </u> <i>i</i>	<i>i</i> <u> </u> <i>i</i>	# <u> </u> <i>a</i>	# <u> </u> <i>i</i>
asa	asi	* isi	# sa	* # si
aʃa	aʃi	iʃi	# ʃa	# ʃi
aḏʒa	aḏʒi	iḏʒi	# ḏʒa	# ḏʒi
aza	*azi	*izi	# za	* # zi

Vamos comentar cada uma destas lacunas. A mais simples delas pode ser observada na terceira coluna deste quadro. A ausência das sibilantes alveolares seguindo vogal *i* pode ser explicada através de uma regra pós-cíclica de palatalização que é consistente em todos os fonemas da língua. As variantes palatalizadas são alofones dos fonemas alveolares. Como mostrei em Suzuki (1995), todos os fonemas do Suruwahá se tornam palatalizados quando seguem vogal *i*. No caso de segmentos não-sibilantes, este processo manifesta-se como uma co-articulação palatal na consoante. No caso das sibilantes, devido à sua própria natureza fonética, toda a articulação se torna palatal:

(23)

/igati/	[igʲati]	‘animal’
/siina/	[ʃinʲa]	‘doce’
/agi + ha/	[agihʲa]	‘no caminho’
/i + marusɨ + ni/	[imʲarusani]	‘sua bochecha’
/isaha/	[iʃaha]	‘panela’
/i + suburi + ni/	[iʃuburini]	‘seu umbigo’
/izu/	[iḏʒu] ¹⁵	‘fezes’
/i + zumɨ + ni/	[iḏʒumani]	‘seu dente’

A próxima lacuna que desejamos comentar encontra-se na primeira linha da última coluna e é a ausência de *s* em início de palavra, antes de vogal *i*. Para compreendermos porque a sibilante alveolar é eliminada nesta posição precisamos fazer referência à prosódia da língua. Como dissemos no início deste capítulo, Suruwahá apresenta uma particularidade interessante na sua estrutura métrica. A palavra mínima admitida pelo sistema corresponde a um pé binário, e a palavra ótima

¹⁵ Este, sim, seria um caso típico de arquifonema. Diante de uma forma fonética como [iḏʒu] ‘fezes’, ficamos sem condições de decidir se a representação subjacente é /izo/ ou /iio/.

corresponde a dois pés binários. Como nem todas as entradas lexicais possuem este padrão, a fonologia da língua lança mão de regras que aumentam o tamanho de palavras mais curtas e diminuem o tamanho de palavras mais longas com o fim de alcançá-lo. O que nos interessa no momento são as regras que aumentam o tamanho das palavras através da duplicação da primeira vogal (Suzuki 1995). Veja alguns exemplos:

(24)	/i/	[i:]	‘muratinga’
	/bami/	[baami]	‘água’
	/awani/	[aawani]	‘marimbondo’
	/hi/	[hi:]	‘ele’

Como já foi dito, a manifestação fonética da sequência *sii* é *ji*. Isso explica a ausência da sequência *si* em posição inicial na forma fonética. A regra que duplica a mora da vogal alimenta a regra que palataliza a consoante. Como a regra de duplicação de mora aplica-se a todas as raízes livres, não sobram palavras livres nas quais a regra de palatalização não se aplique.

(25) # / si ... → # sii ... → # [ji ...

Isso parece explicar a ausência de *si* inicial. Esta hipótese pode ser confirmada se encontrarmos palavras com quatro sílabas ou mais, nas quais ocorram seqüências iniciais de *si*. Isto porque tais palavras já teriam a forma ótima na representação subjacente e dispensariam a regra de duplicação de mora. Até o momento não encontramos tais dados.

Passemos agora a discutir a lacuna mais intrigante, que é a que pode ser observada na última linha do quadro em (22): a ausência absoluta da seqüência *zi*. Se *z* é um fonema no sistema, e tem um comportamento geralmente simétrico com relação ao *s*, o que justificaria esta lacuna? Pretendo demonstrar que essa lacuna é compreensível quando trazemos *learnability* para a discussão. Quando a criança está aprendendo a língua, ela ouve as seqüências fonéticas e as interpreta. Quando existe mais de uma opção de interpretação para a mesma seqüência, ela opta pela análise mais simples. A possibilidade que depende da análise mais complexa vai cair em desuso, criando buracos no sistema.

Considerando a hipótese de que as únicas sibilantes que ocorrem no input são *s* e *z*, vejamos como a criança que está adquirindo o sistema fonológico de Suruwahá interpreta as seqüências de sibilante + vogal que ouve. Como a criança não tem acesso direto à representação subjacente, ela tem que ouvir as formas fonéticas e fazer uma análise. Tratemos primeiro das sibilantes surdas.

Quando a criança ouve:	opções de análise:	análise escolhida:
[sa]	/sa/	/sa/
[ja]	/sia/	/sia/
[si]	/si/	/si/
[ji]	/sii/	/sii/

Se \int não faz parte do léxico, não existe nenhuma possibilidade de a criança analisar estas sequências como instâncias do fonema \int . Assim sendo, não há ambigüidade estrutural nas sequências acima e a criança aprende com facilidade. Não se criam lacunas porque não existem opções de interpretação. Cada sequência ouvida corresponde a somente uma possibilidade de interpretação dentro do sistema fonológico.

A mesma coisa não ocorre com relação às sibilantes sonoras. Existe aqui uma *ambigüidade estrutural*, isto é, *estruturas subjacentes diferentes têm uma mesma representação no output fonológico* (Hale e Reiss 1996:7). Neste caso, uma só sequência fonética tem a possibilidade de ser output ou de uma ou de outra sequência de segmentos no input. A criança enfrenta a necessidade de analisar e decidir:

Quando a criança ouve:	opções de análise:	análise escolhida: ¹⁶
[za]	/za/	/za/
[$\overline{d}3a$]	/ia/ ou /zia/	/ia/
[$\overline{d}3i$]	/ii/ ou /zii/	/ii/
*[zi]	*/zi/ ?	

Aqui as dificuldades de interpretação por parte da criança justificam a assimetria encontrada nos dados. No caso do *za*, ou seja, sibilante alveolar sonora seguida de qualquer vogal (menos *i*), a interpretação é simples: Se trata do fonemema *z* seguido de uma vogal. Não há ambigüidade estrutural.

No caso dos africados, a criança terá que fazer uma opção. Por que razão as sequências da terceira coluna são escolhidas pelas crianças como os *inputs* mais prováveis para estes *outputs*? Justamente por postularem *inputs* mais simples, que manifestam o padrão silábico ótimo, *CV*. Assim, cada sequência $\overline{d}3V$ é analisada como uma sílaba *CV*, proveniente de dois segmentos apenas: um onset e um núcleo. Ou seja, a interpretação mais simples para $\overline{d}3V$ é considerá-lo como proveniente do input *iV*. Esta interpretação acabará por se consolidar como a interpretação preferida para todas as instâncias de [$\overline{d}3V$]. Isto é, com o passar do tempo, a criança acabará reinterpretando até mesmo as que eram provenientes de *inputs ziV* autênticos se fossem também instâncias de *iV*. Assim, esta possibilidade mais complexa de interpretação deixa de ser considerada um *input* possível.

A Teoria da Otimalidade (OT) parece oferecer um *framework* apropriado para esta parte de nossa discussão. Segundo a OT, o que entra em jogo no momento de fazer a opção é uma competição entre restrições de dois tipos: *restrições de fidelidade*, que inibem modificações nos elementos do input, e *restrições de boa-formação*, que licenciam estas modificações. Segundo Gnanadesikan:

¹⁶ Estou usando o símbolo *j* para representar uma vogal *i* em posição de onset, que corresponde foneticamente a $\overline{d}3$, como já foi visto. Faço esta opção aqui simplesmente para facilitar a leitura e evitar que o uso de *ii*. Sendo que nestes casos o primeiro *i* funciona como onset e o segundo como rima, a grafia *ji* evita confusões.

“The initial state of the phonology, I propose, is one in which constraints against phonological markedness outrank the faithfulness constraints, which demand that the surface form (output) is identical to the underlying form (input, in OT terminology).” (Gnanadesikan 1995: 1)

Segunda esta hipótese, justifica-se a escolha das formas mais simples, que respeitam as restrições de boa formação silábica (CV), em detrimento das formas que respeitam a restrição de fidelidade chamada CORRESPONDÊNCIA, que versa que o número de elementos no input deve corresponder ao número de elementos no output. Os candidatos vencedores são sempre os que mantêm a boa-formação silábica. Os *tableaux* abaixo ilustram o ranking de restrições proposto:

(26)

	CV	COR
zia > zia	!* !	
☞ zia > d̥ʒa		!

(27)

	CV	COR
☞ ia > d̥ʒa		
ia > ia	!* !	

(28)

	CV	COR
☞ sia > ʃa		
sia > sia	!* !	

(29)

	CV	COR
☞ sii > ʃi		
sii > sii	!* !	

(30)

	CV	COR
☞ zii > d̥ʒi		
zii > zii	!* !	

Mas ainda não chegamos a explicar a lacuna mais intrigante do sistema. O que acontece então com os *zi*? O que justificaria seu desaparecimento? Como já foi dito acima, para resolver o problema de ambiguidade estrutural, a criança deixa de considerar *ziV* como um *input* possível na língua. Isso é meio caminho andado para a eliminação da possibilidade de que *zi* seja também um *input* possível. Esta generalização pode ter sido a causa da eliminação destas sequências também no

output. Devido a esta generalização simplificadora, criou-se uma lacuna no sistema e a forma fonética *zi* desapareceu totalmente.

Essa proposta explica porque não há *zi* em Suruwahá, e serve como argumento a favor de outra questão básica. Ela apóia a hipótese de que *f* não faz parte do léxico. De que maneira a ausência de *zi* é uma evidência contra a fonologização do *f*? Se o *f* fosse realmente um fonema, haveriam duas possibilidades de interpretação pela criança para *outputs* do tipo *fV*. Quando ouvisse uma seqüência *fV* a criança teria que optar por interpretá-la resultado do *input fV*, ou do *input siV*. Neste caso, a situação do *s* seria idêntica à situação do *z*. A opção que postulasse um *input* mais complexo iria ser sistematicamente preterida em função da possibilidade mais simples. A ambiguidade estrutural levaria à eliminação da seqüência *siV* como *input* possível. Conseqüentemente, as seqüências *si* tenderiam a se perder, da mesma forma que as seqüências *zi* se perderam. E isso não é o que verificamos nos dados. Palavras com *si* são tão comuns quanto palavras com *fi*. Esta assimetria no comportamento das sibilantes surdas e sonoras se justifica pelo fato de que existir uma ambiguidade estrutural entre as sibilantes sonoras e não existir esta mesma ambiguidade estrutural entre as sibilantes surdas. Isto parece indicar que existe somente uma sibilante surda no léxico, a alveolar.

Conclusão

Neste trabalho, levantei demonstrei, através de vários tipos de evidências, que o *f* não faz parte do inventário de fonemas Suruwahá, apesar de toda aparente evidência em contrário. Demonstrei que os pares mínimos não são evidência decisiva na determinação dos fonemas, e que evidências diacrônicas nem sempre são elucidadoras. Propus uma análise um pouco mais abstrata, mas que simplifica a análise da língua como um todo, realça a simetria do sistema fonológico, diminui a quantidade de regras de palatalização necessárias para dar conta das sibilantes e explica os fatos de maneira satisfatória. Argumentei também que a restrição quanto à adjacência de seqüências da mesma ressonância não se dá no input, e que a OCP não é ativa no Suruwahá no sentido de impedir seqüências idênticas adjacentes no léxico. Além disso, mostrei como um entendimento dos processos de *learnability* podem jogar alguma luz na compreensão dos sistemas fonológicos.

Referências Bibliográficas

Blevins, J.

1995 'Syllable in Phonological Theory', in: J. A. Goldsmith (ed.) *The Handbook of Phonological Theory*, Malden – Oxford: Blackwell Publishers, pp. 206-244.

Burquest, D. A. & D. L. Payne

1993 *Phonological Analysis, A Functional Approach*, SIL & University of Texas at Arlington.

- Dixon, R.M.W.
1995 'Fusional Development of Gender Marking in Jarawara Possessed Nouns', *International Journal of American Linguistics* 61, 3: 263-94.
- Everett, D.
1995 'Sistemas Prosódicos da Família Arawá' in: L. Wetzels (ed.) *Estudos Fonológicos das Línguas Indígenas Brasileiras*, Rio de Janeiro: editora da UFRJ, pp. 297-339.
- Gnanadesikan, A.E.
1995 *Markedness and Faithfulness Constraints in Child Phonology*, [Ms.], Amherst: University of Massachusetts.
- Hale M. & Ch. Reiss
1996 *The Subset Principle and Acquisition of the Phonological Inventory*, [Ms.], Montréal: Concordia University.
- Lynch, J
1974 *Lenakel Phonology*, [Doctoral Dissertation], University of Hawaii Working Papers in Linguistics, vol. 7.1.
- Suzuki, E. & M. Suzuki
1992 *Análise tentativa da língua Zuruahá*, [Manuscrito inédito], Arquivo da Universidade das Nações, Porto Velho.
- Suzuki, E. & M. Suzuki
1993 *Fonêmica da Língua Zuruahá*, [Manuscrito apresentado à prof. Bernadete Abaurre como requerimento do curso de Fonética e Fonologia do convênio UNIR/UNICAMP], Arquivos inéditos da Universidade das Nações: Porto Velho.
- Suzuki, M.
1995 'Esboço Fonológico Preliminar da Língua Suruwahá', in: L. Wetzels (ed.) *Estudos Fonológicos das Línguas Indígenas Brasileiras*, Rio de Janeiro: editora da UFRJ, pp.341-378.
- Suzuki, M.
1996 'Interação entre Regras Segmentais e Prosódicas no Suruwahá' in: L. Bisol (ed.) *Letras de Hoje*, vol. 31, no 2, pp.97-118, Porto Alegre: PUCRS.